



Este artigo é publicado com uma licença Creative Commons 4.0. Com essa licença você pode compartilhar e/ou adaptar o material para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indique se foram feitas alterações.

ARTIGO

A psicanálise como dispositivo à compreensão do mal-estar contemporâneo entre estudantes de licenciatura

Abraão Pustrelo Damião:

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6350-894X>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15303207>

Resumo:

Tendo como base a teoria psicanalítica, esta pesquisa, ainda em andamento, discute o mal-estar contemporâneo – entendido aqui, a partir da obra de Sigmund Freud, como a tensão ocasionada entre os desejos individuais e as restrições impostas pela sociedade e pela cultura – presente entre os estudantes dos cursos de licenciatura em letras e licenciatura em química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus Sertãozinho. Nosso objetivo é aprofundar a análise de como o desenvolvimento do neoliberalismo, enquanto paradigma político-econômico da sociedade contemporânea, (re)configura a dimensão subjetiva desses estudantes a partir dos processos normativos e educacionais vivenciados por eles. Como resultado, pretendemos produzir um aparato teórico capaz de subsidiar estratégias institucionais para atenuar certos obstáculos ao pleno desenvolvimento desses discentes. Metodologicamente, conciliaremos a abordagem qualitativa com a quantitativa, combinando a análise crítica e comparativa da bibliografia selecionada com as respostas de um questionário semiestruturado (disponibilizado para todos os alunos de licenciatura) juntamente com entrevistas não estruturadas com oito alunos de licenciatura (quatro de letras e quatro de química) que fazem parte de nosso grupo de pesquisa e compõem, assim, nosso grupo focal. Ressaltamos que, neste artigo, apresentamos apenas a bibliografia consultada até o momento que serviu como base à formulação de hipóteses potenciais e à identificação de áreas de interesse a serem aprofundadas no decorrer da pesquisa. Nesse sentido, à medida que o estudo avançar, novas referências serão incorporadas para ampliar e aprimorar a fundamentação teórica e metodológica da investigação.

Palavras-chave: Teoria Psicanalítica; Mal-Estar; Licenciaturas; Neoliberalismo; IFSP.

Psychoanalysis as a tool for understanding contemporary discomfort among undergraduate students

Abstract:

This ongoing research, grounded in psychoanalytic theory, examines contemporary malaise – understood here, based on the work of Sigmund Freud, as the discomfort arising from the conflict between individual desires and societal and cultural constraints – among undergraduate literature and chemistry students at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of São Paulo, Sertãozinho campus. Our goal is to analyze how neoliberalism, as a dominant paradigm in contemporary society, (re)shapes these students' subjective experiences through the normative and educational processes they undergo. Based on this analysis, we aim to develop a theoretical framework to inform institutional strategies that mitigate potential barriers to their full development. Methodologically, we integrate qualitative and quantitative approaches, combining a critical comparative analysis of selected literature with data from a semi-structured questionnaire – administered to all undergraduate students – and interviews with eight volunteer students in our focus group. This article presents the bibliography consulted thus far, which serves as a foundation for formulating potential hypotheses and identifying key areas for further exploration. As the research progresses, additional references may be incorporated to enhance and refine its theoretical and methodological framework.

Keywords: Psychoanalytic Theory; Discomfort; Degrees; Neoliberalism; IFSP.

Introdução

Falar sobre a crise do fordismo e o surgimento da ordem neoliberal – que veio a substituir a visão de longo prazo do capitalismo industrial – é um desafio para as ciências sociais. Não apenas devido à complexidade do processo histórico por trás das transformações na organização da sociedade capitalista, mas também pelas variações conceituais, geográficas e políticas no que concerne ao alcance dessas mudanças estruturais (Damião, 2017).

No entanto, como diversos autores enfatizam, entre eles Bauman (1998), Anderson (1995), Harvey (2014) e Han (2018), uma certa visão do neoliberalismo conquistou, a partir da década de 1980, hegemonia em termos teóricos e ideológicos, transformando-se, inclusive, num senso comum econômico e numa prática política

“superior”¹. Fazemos essa ressalva porque a definição do conceito, sua ligação com determinada escola ou doutrina teórica, não será tratada diretamente na pesquisa. Nossa ênfase será na análise dos fenômenos ideológicos, culturais e subjetivos que a prática político-econômica do neoliberalismo trouxe para a sociedade e os indivíduos contemporâneos.

Nesse sentido, adotaremos uma perspectiva comparativa (sociedade moderna/fordista X sociedade neoliberal/contemporânea) para analisar, de forma mais ampla e detalhada, as rupturas e resistências que sustentam o mal-estar em diferentes contextos sociais. Para tanto, seguiremos a abordagem de Damião (2017; 2020) que não só apresenta as diferenças culturais, econômicas e políticas para essa divisão, como também nos oferece um arcabouço metodológico para o exame relacional desses dois paradigmas de sociedade.

Por ora, destacamos que, ao contrário da sociedade hodierna, a sociedade (moderna) da primeira metade do século XX era permeada por um superego forte e uma disciplina rígida, aonde as proibições e o controle das pulsões operavam com mais vigor, em um contexto cujo os indivíduos reprimiam seus desejos em nome de uma ubíqua e plástica noção de civilização (Freud, 2011). Situação, como assegura Bauman (1998), distinta da organização neoliberal, já que esta, ao contrário daquela, trouxe novas formas de viver o mal-estar, como pretendemos demonstrar de forma mais detalhada ao longo do estudo.

¹ Anderson (1995), ao fazer um balanço histórico do neoliberalismo, afirma que, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, o movimento era quase clandestino, restrito a um pequeno grupo de intelectuais. Seu objetivo não era alcançar um consenso, mas ampliar o debate sobre o papel do Estado na economia, defendendo sua atuação limitada à garantia da livre concorrência, à importância das políticas econômicas para o desenvolvimento social e aos limites do *laissez-faire* diante das novas demandas do capitalismo pós-guerra. Foi apenas com a intensificação da crise do fordismo na década de 1970, com a estagflação dos mercados europeus e japoneses, a migração das multinacionais para países em desenvolvimento, a queda na produtividade e lucratividade das empresas americanas e a emissão excessiva de moeda por este país – que culminou no fim do padrão dólar-ouro (1971) e o consequente término do Acordo de Bretton Woods (1973) – que as políticas neoliberais passaram a ser colocadas em prática em diversos países, especialmente durante os governos Reagan nos EUA (1980), Pinochet no Chile (1978), Thatcher na Grã-Bretanha (1979), Kohl na Alemanha (1982) e Nakasone no Japão (1982). Desde então privatização, desregulamentação, redução de impostos e direitos sociais, austeridade fiscal e ênfase na globalização, tornaram-se, nesses locais e depois em outros, as novas práticas da administração pública e sinônimo de virtude governamental.

A escolha dos alunos de licenciatura do IFSP, campus Sertãozinho, como objeto de pesquisa se deu por dois motivos principais. Primeiramente, pela atuação docente nesses cursos, tendo, portanto, uma vivência direta com esses estudantes e “seus dilemas” e, em segundo, por admitir que um recorte objetal mais específico pode ser útil à compreensão de um problema mais amplo, na medida em que permite uma exploração mais detida das percepções, experiências e sentimentos dos participantes em relação ao problema investigado.

Destacamos ainda que dentro de um objeto “maior” (alunos de licenciatura em geral) faremos uma outra subdivisão a partir do que metodologicamente Gatti (2005) denomina de grupo focal. Segundo a autora, um grupo focal, para as ciências sociais, envolve uma atividade coletiva que reúne indivíduos com características e vivências cotidianas comuns, permitindo ao investigador captar dados discursivos e expressivos que integram o corpo geral da pesquisa e seus objetivos e, com isso, o leva a aprofundar as reflexões sobre teorizações já existentes ou pretendidas sobre os assuntos abordados.

Nesse sentido, nosso grupo focal será composto por oito alunos de licenciatura (quatro de química e quatro de letras) que fazem parte de nosso grupo de pesquisa e, portanto, temos “proximidade” mais significativa. Acreditamos que, com isso, poderemos gerar *insights* que não surgiriam em pesquisas de outro tipo. Além disso, o formato do grupo focal permitirá observar como as ideias são construídas coletivamente, revelando condições culturais, sociais e emocionais que podem contribuir para uma compreensão mais ampla do problema estudado, sem perder de vista que tal abordagem é particularmente eficaz para identificar nuances e complexidades que têm o potencial de utilização em estudos posteriores, tornando-se um ponto de partida crucial para a análise de questões vindouras.

Assim, metodologicamente, conciliaremos a abordagem qualitativa com a quantitativa, combinando a análise crítica e comparativa da bibliografia selecionada com as respostas de um questionário semiestruturado – disponibilizado para todos os alunos de licenciatura – juntamente com entrevistas presenciais não estruturadas com os membros do grupo focal.

Acentuamos que entrevistas não estruturadas têm a característica de não se circunscreverem a roteiros fixos, permitindo que o entrevistado explore livremente suas experiências, percepções e opiniões, o que nos permitirá captar variantes que dificilmente seriam acessadas por meio de instrumentos mais rígidos, como o questionário semiestruturado. Além disso, como as respostas não seguem um formato pré-determinado, supomos que podem surgir novas categorias e perspectivas que não estão contempladas no questionário ou que não foram previamente consideradas por nós. De tal modo, a confrontação das respostas do questionário semiestruturado com as entrevistas abertas, possibilitará a obtenção de resultados mais fidedignos, pois combina a análise das respostas do questionário com a profundidade e a espontaneidade presentes nas entrevistas abertas – em paralelo ao arcabouço teórico – garantindo maior rigor metodológico à pesquisa.

Como resultado, pretendemos não apenas investigar o fenômeno abordado, mas além disso gerar mudanças e melhorias concretas na instituição, a partir da incorporação das percepções e experiências dos participantes sobre o contexto em que vivem. Esse processo dialógico e participativo mostra-se fundamental para compreender as necessidades, desafios e perspectivas dos envolvidos, ao permitir a construção de ferramentas e conhecimentos que podem capacitá-los a agir de forma autônoma e consciente sobre suas próprias realidades. Assim, a pesquisa pode não só resultar em instrumento teórico de compreensão da realidade, mas também em uma ferramenta de transformação social.

O mal-estar entre o passado e o presente: rupturas e resistências

Podemos dizer que, do ponto de vista psicológico, o indivíduo moderno – forjado sob os auspícios do positivismo-democrático e do liberalismo-disciplinar – estava submetido ao controle rigoroso do seu comportamento ao assimilar os padrões culturais dessa sociedade. Ele se constrangia pelos princípios autoimpostos de beleza, moral, ordem e regulamentação que, como resultado, implicavam na renúncia de parte da sua liberdade e de suas pulsões em favor da segurança existencial (Bauman, 1998). Essa renúncia, contudo, não era isenta de dor. A neurose, como nos alerta Freud (2011; 2020),

era um dos efeitos colaterais que o indivíduo exprimia por não tolerar o nível de renúncia que a sociedade lhe impunha.

Na sociedade (moderna) das normas, do final do século XIX e início do XX, o (auto)controle emergia como valor primordial, pois um sujeito verdadeiramente disciplinado precisava, antes de tudo, ser responsável, informado e atento às coisas do mundo. Precisava se submeter à coação negativa do superego e restringir seus impulsos de liberdade e autenticidade. Precisava, nas palavras de Freud (2011), deixar de lado seus desejos egoístas (narcísicos) em nome de um altruísmo coletivo.

O aparato psíquico moderno, assim, “era dominado pelo medo e a angústia frente à transgressão” (HAN, 2018, p. 80), já que:

a impulsividade extrema e desenfreada dos homens fora substituída por uma regulamentação de comportamentos, pelo autocontrole do indivíduo, enfim, pelo processo de civilização que acompanhou a pacificação do território realizada pelo Estado moderno (LIPOVETSKY, 2013, p. 259).

Além disso, em uma sociedade que se estruturava à luz do capitalismo industrial, para obter sucesso, o indivíduo tinha que se afastar do fanatismo ou das fraquezas emocionais, tornar-se rigoroso e metódico, para tomar as melhores decisões. Necessitava internalizar mandamentos e proibições, aceitar a negatividade dos impedimentos e, nas palavras de Norbert Elias (1994, p. 86), “formar uma parede invisível para suas emoções”.

Em termos mais amplos, Weber (1999) nos assegura que essa tendência modernizante se manifestou na consolidação de uma extensa rede burocrática, impulsionada pela racionalização e pela busca por produtividade, engendrando um modelo social cujas relações constituíam-se cada vez mais a partir de parâmetros protocolares, previsíveis e impessoais. E ao padronizar procedimentos e regulamentar interações, esse processo, não só levou os indivíduos a se afastarem das ações tradicionais, baseadas em valores comunitários e afetivos, como também a substituí-las por comportamentos gradualmente mais instrumentalizados, com base em normas rígidas e hierarquias pré-concebidas. Consequência, para Weber, de em um contexto social onde a impessoalidade e a previsibilidade eram valorizadas como garantias de ordem e eficiência.

Ao refletir sobre essa condição, H. Arendt (2007, p. 278) nos diz que “guardar a sete chaves os sentimentos”, em um ambiente competitivo, protocolar e impessoal, tornou-se muito mais importante para o “sucesso” pessoal do que as outrora demonstrações públicas de poder ou status como no período pré-moderno.

Segundo Freud (2011), são esses elementos que estão por trás da sujeição dos indivíduos às exigências da normatização moderna, uma vez que eles permitiram a contenção das pulsões se dissipar pelas instituições e alcançando os microespaços da vida cotidiana através da internalização das interdições sociais pelo Eu.

Não é por acaso que, em termos de economia libidinal, os indivíduos socializados dentro dos parâmetros modernos (disciplinares) tendiam à compulsão pela repetição e pelo conservadorismo da vida psíquica, que se materializavam, por sua vez, na habitualidade e na previsibilidade das ações do cotidiano (Freud, 2020). Isso significa, nas palavras de Freud (2011, p. 61), que “o homem civilizado trocou um tanto de felicidade por um tanto de segurança”. O que não nos permite afirmar, contudo, que a sociedade moderna era ausente de infelicidade, na medida em que a repressão das pulsões e da agressividade estão na base das neuroses analisada pelo autor.

Para Hall (2015, p. 10), essa habitualidade e previsibilidade da modernidade industrial constituíam uma base existencial sólida que permitia aos indivíduos “ligarem-se” à estrutura social, “estabilizando tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitavam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”.

A esse respeito Giddens (1991) reafirma que as relações encaixadas (em que as causas renunciáveis predominavam sobre as consequências da ação) da modernidade toleravam essa continuidade da vida psíquica por meio da síntese do eu-interior com o exterior, pois sustentavam identidades culturais duradouras que aceitavam alinhar os sentimentos subjetivos com os parâmetros objetivos da realidade social. Previsibilidade e habitualidade, assim, compunham, mútua e paralelamente, um horizonte existencial estável e longo.

Essa configuração social, no entanto, sucumbiu após a adoção do modelo neoliberal e da globalização financeira a partir das décadas de 1970 e 1980, dado que, ao reestruturar os paradigmas da previsibilidade e da continuidade do fordismo,

“arremessou” os indivíduos em um contexto de contingências e de inovações permanentes (Bauman, 1998; Damião, 2017; Han, 2018).

Harvey (2014) nos diz que ao inaugurar um tempo cuja função principal era estimular os serviços e o consumo através de técnicas inovadoras de sedução, por meio da dissolução das fronteiras e em nome da acumulação flexível – via substituição do emprego estável, da desregulamentação dos mercados, da obsolescência programada e da financeirização da economia –, o neoliberalismo “sepultou” a habitualidade da rotina – essa fonte importante da segurança existencial que tornava o viver cotidiano pouco ou quase nada questionável – e expôs os indivíduos a um universo aberto e livre das restrições e dos hábitos duradouros da modernidade.

Ao afirmar que todos estamos participando, nas palavras de Giddens (1991, p. 29), de “uma estrutura histórico-mundial genuína de ação e experiência”, os agentes do neoliberalismo “venderam” a ideia de que essa estrutura era boa em si. Era o remédio contra todas as amarras tradicionais, comunitárias, nacionais, trabalhistas, políticas e culturais que estavam por trás da crise fordista e que poderiam impedir o indivíduo de exercer sua liberdade plena, seu ubíquo desejo de ser quem quisesse ser, onde e nas condições que quisesse ser.

Isso ocorreu, segundo Lipovetsky (2013), porque os agentes culturais do neoliberalismo deram um novo sentido à autonomia individual (a capacidade do indivíduo de determinar-se pelos próprios meios). Aquela autonomia baseada na racionalidade coletiva da modernidade, sustentada pela premissa de que não somos autossuficientes e de que o bem-estar coletivo passa pelo reconhecimento público das desigualdades e das diferenças dos diversos grupos sociais, foi substituída por uma lógica hedonista da autonomia. Um tipo de autonomia que privilegiava a singularidade subjetiva e o sujeito único (autêntico por ser diferente). A característica primordial da autonomia neoliberal consiste, assim, em dar lugar a “novos valores que visam permitir o livre desenvolvimento da personalidade íntima, legitimar a fruição, reconhecer os pedidos singulares, e modular as instituições de acordo com as aspirações dos indivíduos” (LIPOVETSKY, 2013, p. 28).

Destacamos, porém, que essa condição só se sustenta pois,

na noção neoliberal de autonomia [...] está implícito um modelo preciso de sujeito, a saber, aquele de um indivíduo independente dos outros, não submetido a norma alguma e, como tal, sempre pensado em uma relação de exclusão mútua com o outro (SILVA, et. al., 2021, p. 82).

O fato é que ao erigir a autonomia individualista (que não pode ser confundida aqui com a preservação da individualidade) a um patamar outrora inimaginável, a lógica cultural do neoliberalismo sugere que os indivíduos podem viver livres e sem qualquer coação externa e que, portanto, podem escolher sem restrições seu modo de existência, sem levar em consideração, inclusive, as determinações exteriores ou os problemas alheios.

No entanto, como nos alerta Jameson (2006), há uma dialética intransponível entre os aspectos político-culturais e as condições materiais de existência, sendo, nesse sentido, os arranjos político-culturais e a ação econômica partes indissociáveis do movimento histórico. Enfatizamos esse ponto, pois a ascensão da política cultural neoliberal operou para questionar todas as vanguardas e discursos universalizantes da modernidade ao propor, nas palavras de Anderson (1998, p. 84), uma “impensável desdiferenciação das esferas culturas”. O objetivo, com isso, era separar, ideológica e falsamente, os aspectos culturais dos arranjos econômicos, por meio de uma estratégia que passou a enfatizar, sem contextualização, o presente em detrimento de todo passado ou futuro dignificante que as ações coletivamente estabelecidas poderiam pressupor.

Agindo de tal maneira os agentes culturais do neoliberalismo atacavam toda historicidade das atividades humanas que não se submetessem ao discurso monolítico do capital, impedindo que os sujeitos e até mesmo os intelectuais fossem capazes de rastrear, identificar, ordenar e sistematizar as formas pelas quais a política neoliberal se expressava, sobretudo simbolicamente. Assim, sem articular, em termos de unidade temporal, presente/passado/futuro, por um lado, e sem vincular adequadamente os conteúdos e conceitos da vida simbólica, por outro, a capacidade hermenêutica se perdia em uma realidade aparentemente incompreensível e pouco teorizável (Jameson, 2006).

Sobre isso Harvey (2014) aponta que esse relativismo hermenêutico da realidade tinha o propósito de deixar a arena pública aberta para as interpretações de uma condição cultural onde a aceitação do fragmentário servia, em suas palavras (2014, p. 301), à

“implantação de uma ‘economia de cassino’ e de um sistema social cuja estética (a aparência e o status) se sobrepunha à ética” e mascarava, conseqüentemente, os efeitos de uma política econômica baseada em privilégios.

A contrariedade (ou o efeito nocivo) dessa condição cultural é que ela promoveu a reprodução de um pacto social aberto a todas as manifestações alternativas da interpretação personalista. Em consequência o próprio funcionamento do mundo começou a ser visto como algo que emana da vontade individual, como se as relações interpessoais não fossem a base para a construção das identidades particulares. Uma circunstância que fez, para Lipovetsky (2013), o indivíduo contemporâneo acreditar que caberia a ele sozinho fazer-se a si mesmo desde que a sociedade o deixasse livre para tanto.

O maior beneficiário desse processo foi a própria economia neoliberal que soube, segundo Bauman (1988), proliferar ideias, práticas e produtos prontos para o consumo e dispostos a agradar todos os gostos e estilos de vida, sem deixar ninguém de fora. O que aconteceu, para Lipovetsky (2013), sem muitos impedimentos já a função principal da sociedade neoliberal converteu-se justamente em estimular o consumo e vincular o “ser” ao “ter” através de técnicas inovadoras de sedução (concebidas na forma de hedonização da vida).

Han (2018) argumenta, nesse sentido, que a hedonização consumista – sustentada na ênfase dada no status (no signo) dos objetos de consumo e não em sua função – configura, atualmente, um novo mecanismo de poder, já que nos obriga a consumir sem termos consciência dessa obrigação, pois ao tornar-se aspiração imaginária de um desejo estimulado pela cultura das aparências, o vínculo entre consumo e poder ganha ares de irresistibilidade.

Isso significa que as classes dominantes, convertidas em consumidores de primeira linha, não se limitam mais em explorar o trabalho para arregimentar seus ganhos. Ela própria anseia demonstrar sua força através daquilo que consome e pode consumir. Consumir, inclusive, é a afirmação lógica de sua autoridade e para os demais (os consumidores de segunda classe) é a aspiração – continua e ilusória – de atingir um status que jamais terão ou poderão usufruir. A desigualdade, a diferenciação e hierarquização

dos grupos se consagram e se recriam, assim, muito mais simbolicamente do que através da força.

Desse modo, diz Han (2018), sob o manto do versátil, multifacetado e heterogêneo lema da liberdade, a sociedade neoliberal consegue desconectar a maioria das relações entre ação e sujeição. Sua meta-propósito corrói todo arranjo de ideias que se pretenda duradouro ou de longo prazo e também toda conexão/associação possível entre poder e negatividade. A nova estratégia neoliberal, assim, é dominada pela positividade. A ênfase no sim (no ter e possuir cada vez mais) é que dá o tom da mensagem. Afável e discreta essa estratégia passa a impressão de que não oprime a liberdade e a autonomia. Sem repressão ou destruição ela passa a ideia que liberdade e sujeição coincidem. Com isso, ao poder coercitivo, punitivo e excludente, o neoliberalismo acrescenta uma dimensão permissiva que, agindo silenciosamente, faz com que o subordinado interiorize as vontades do dominador (neste caso do mercado) sem perceber. O “eu devo” cede lugar ao “eu quero. A potência do poder neoliberal deriva, então, da percepção de sua ausência.

Ehrenberg (2010), ao refletir sobre isso, aponta que o poder neoliberal opera por meio de uma coação autogerada que se apresenta através da ideia de que cada indivíduo é um empreendedor de si mesmo – que se esboça e se reinventa incessantemente. A autocoação emerge, então, quando o indivíduo passa a acreditar que cabe unicamente a ele – já que não há mais amarras às suas liberdades e desejos – fazer-se a si mesmo a partir de seus próprios esforços. Como se sua condição existencial dependesse exclusivamente de suas vontades e das estratégias que só ele pode promover para realizá-las. Em razão disso, o empreendedor de si mesmo revela uma inspiração ideológico-cultural de um “estilo de vida” e um “estado de espírito” associados à competição e ao jogo. Mas não uma competição que pressuponha colaboração ou atitude coletiva, mas sim um “sistema de condutas de si” (EHRENBERG, 2010, p. 18) para obtenção e aprimoramento contínuo das próprias competências, tidas como indispensáveis ao sucesso pessoal.

O problema é que “sem um interesse verdadeiro pelo tecido subjetivo que singulariza a especificidade da pessoa, a natureza do animal humano que vive em sociedade” (EHRENBERG, 2004, p. 148) o que resta ao empreendedor de si mesmo é jogar até se esgotar. Sem regras externas que definam o resultado final, ele cumpre com

suas obrigações de atualização, otimização e desempenho, em nome do sucesso e do reconhecimento próprios, em detrimento a todos os danos sociais que deixa pelo caminho.

Sobre isso Baudrillard (1995) chama a atenção para um ponto importante. A transmutação dos objetos em signos/mercadorias e a transformação dos indivíduos em consumidores revelou-se uma empreitada muito mais custosa (financeiramente) e dispendiosa (subjektivamente) à civilização ocidental do que durante o período fordista, pois se a demanda não se refere mais às necessidades ela mesma precisa ser permanentemente produzida pela incitação dos desejos e pela propaganda, fazendo o indivíduo depositar suas esperanças de felicidade, prestígio e conforto no consumo de produtos, corpos e bens todo-poderosos. Assim, enquanto deveria encontrar prazer e bem-estar ao consumir, já que suas necessidades estariam sendo satisfeitas, sua energia psíquica é sugada pelo sistema de signos/mercadorias que aumenta sua força na mesma proporção em que cria insatisfação crônica de necessidades irrealizáveis.

Han (2018) argumenta que essa condição impõe um duplo mal-estar à vida contemporânea, pois, ao mesmo tempo em que promete liberdade, autonomia e autenticidade, submete os indivíduos a uma busca exacerbada por desempenho e autorrealização através do imperativo do consumo e da otimização contínua de si. De tal modo, o autor sustenta que, ao contrário do que Freud imaginava, atualmente o indivíduo não sofre mais pela repressão de suas pulsões, seu sofrimento, na verdade, deriva de um excessivo investimento da libido no próprio Eu, o qual serve (em condições neoliberais) para conduzi-lo à autoexploração, à superação de seus limites (físicos e mentais) e à sua reinvenção permanente como corpo-mercadoria dentro de uma existência que valoriza a produtividade e a visibilidade ante a cooperação e o bem-estar social. Conjectura que engendra uma sensação constante de insuficiência, exaustão e insatisfação, na medida em que o desejo nunca se esgota: há sempre um novo padrão a ser alcançado, um novo produto a ser adquirido, uma nova versão de si mesmo a ser construída, perpetuando um ciclo de culpa e frustração no qual autorrealização se apresenta como solução, mas também como mecanismo de dominação.

Isso tudo demonstra que a sociedade neoliberal não apenas descarta bens materiais com facilidade, mas também abandona valores, estilos de vida, vínculos afetivos, espaços

e hábitos que se pretendam de longo prazo, o que reforça, no fundo, a efemeridade das relações contemporâneas, bem como a opção (social) pela fluidez em detrimento da permanência.

Considerações Finais

Apesar de a pesquisa estar em seu estágio inicial, a bibliografia selecionada e o encontro periódico com os estudantes – seja na sala de aula, seja nas reuniões do grupo de pesquisa – já ofereceram informações preliminares para análises futuras e nos ajudaram a identificar padrões emergentes e áreas de interesse que podem ser aprofundadas conforme o estudo avançar. As discussões até este momento já nos permitiram também fazer ajustes metodológicos e refinamentos teóricos que têm o potencial de reafirmar o rigor e a relevância das etapas subsequentes da pesquisa, sobretudo a partir do contato com o grupo focal e com outros pesquisadores da área.

Destacamos, além disso, que à medida em que o estudo avançar, buscaremos não apenas aprofundar a análise teórica da investigação, mas também propor estratégias concretas de intervenção que possam impactar positivamente tanto a realidade institucional quanto a vivência pessoal dos alunos. Dessa maneira, esperamos que os resultados contribuam para a construção de práticas mais equitativas e reflexivas dentro do contexto acadêmico ao promover um ambiente de participação menos excludente e mais alinhado às reais necessidades dos discentes e do Instituto Federal.

Por fim, esperamos verificar se nossa hipótese inicial de pesquisa se comprova ou não. A priori tal hipótese é que: nunca satisfazer completamente as necessidades e deixar os desejos permanentemente abertos são efeitos de uma sociedade que não mais regulamenta a si mesma, mas é regulamentada por um sistema de afetos e significações que tem um papel de força produtiva tão importante quanto as máquinas pesadas da indústria fordista já que transfere para o indivíduo a responsabilidade pelo êxito ou fracasso, desconsiderando os fatores estruturais que limitam o acesso a oportunidades reais de realização pessoal/profissional e acaba por reverberar nas instituições de ensino, fazendo com que o tempo de estudo seja compreendido como um investimento em função

de sua rentabilidade futura e não como fonte de aprendizado e de construção de laços sociais, elementos essenciais ao combate do mal-estar contemporâneo.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.) **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **As origens da pós-modernidade**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1998.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rev. Adriano Correia. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. **Sociedade do consumo**. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama e Cláudia Gama. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

DAMIÃO, Abraão Pustrelo. **A construção histórico-social da modernidade e da(s) pós-modernidade(s): rupturas e resistências do discurso moderno**. (Tese de Doutorado Ciências Sociais), São Paulo: Unesp-Marília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/08726d6f-518c-455a-bce4-24ebca07ea1e>. Acesso em 02/04/2024.

_____. **Ainda somos modernos? As consequências da modernidade no contemporâneo**. Curitiba: CRV, 2020.

EHRENBERG, Alain. Depressão, doença da autonomia? Entrevista a Michel Botbol, trad. Regina Herzog. **Revista Ágora**, vol. VII, n. 1, jan/jun 2004. 143-153. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982004000100009>

_____. **O Culto da performance: Da aventura empreendedora à depressão nervosa**. Trad. Pedro F. Bendassoli. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 1. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Trad. Paul César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. **Além do princípio do prazer**. Obras Completas, vol. 14. Trad. Paul César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. 1º Ed. São Paulo: Editora UNESP. 1991.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu e Guacira Louro. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Trad. Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. 25ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio**. Trad. Maria Elisa Cevaso. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2006.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Trad. Miguel S. Pereira e Ana Luísa Faria. 1ªed. Lisboa: Edições 70, 2013.
- SILVA, Daniel Pereira et. al. Matrizes Psicológicas da Episteme Neoliberal: A Análise do Conceito e Liberdade. In: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR Nelson da Silva; DUNKER, Christian (Orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento Psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021, p. 77-122.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsa Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Abraão Pustrelo Damião é doutor em Sociologia (UNESP) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Campus Barretos/Sertãozinho.

E-mail: abraaod@ifsp.edu.br

Aceito em 15/10/2024

Publicado em 29/04/2025

A psicanálise como dispositivo à compreensão do mal-estar contemporâneo entre estudantes de licenciatura

Cadernos do LPPP UFJ, vol. 02, n. 01, e0205, 2025